



**CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP**

PROVA PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL

<hr/> <p>NOME DO CANDIDATO</p> <hr/> <p>INSCRIÇÃO</p>

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 questões objetivas. Caso exista algum problema, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas, destas apenas uma é correta.
3. A resposta definitiva de cada questão deve ser, obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO-RESPOSTA, fornecido especificamente para este fim.
4. As questões objetivas devem ser respondidas no CARTÃO-RESPOSTA, considerando a numeração de 1 a 50.
5. Confira se seu nome e número de inscrição constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu, o qual não pode ser amassado ou dobrado.
6. O Cartão-Resposta só será substituído se tiver falha de impressão.
7. Assine seu nome na lista de presença do mesmo modo como está assinado no seu documento de identidade.
8. Esta prova terá duração de 4 (quatro) horas, tendo o seu início às 8 h e término às 12 h (horário de Belém).
9. Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala todo o material referente a esta prova.

ÓRGÃO EXECUTOR



Líderes sem massa

Costuma-se dizer que a capacidade de um país andar mais rápido depende da qualidade de seus líderes. Pois o líder abre caminhos e desfaz obstáculos com sua condição de comover, inspirar, atrair e mobilizar as massas. Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis, porque a crise de governabilidade que assola o mundo acaba afogando marcas, estilos e identidades na poeira de um caos cujos contornos Samuel P. Huntington tão bem aponta neste breve relato: "Quebra da lei e da ordem, Estados fracassados, anarquia crescente, ondas de criminalidade, máfias transnacionais e cartéis de drogas, expansão dos vícios em muitas sociedades, debilitação geral da família, declínio na confiança e na solidariedade social, violência étnica, religiosa e civilizacional".

A administração do paradigma do caos que assola a humanidade tem passado para a órbita de lideranças menos carismáticas, mais técnicas e funcionais, cujas preocupações estratégicas se repartem em três esferas: a estabilização macroeconômica e os programas de desenvolvimento, as redes de proteção social e as políticas de segurança interna.

No meio de tempestades que se multiplicam e que conferem à contemporaneidade a imagem de uma Idade de Trevas, a despolítica se estabelece, solapando as ideologias de ontem, expandindo as tecnocracias e arrefecendo o sistema político, com seqüelas no enfraquecimento dos partidos, na fulanização da política e na desmotivação dos participantes partidários. Nessa moldura, os líderes de massa se tornam cada vez mais escassos. Pode-se apontar nos dedos a relação de líderes carismáticos e populares. É o caso, por exemplo, do Brasil, onde Lula pode ser considerado o último líder de massas de um ciclo que se esgota com a intensificação da crise da democracia representativa.

Na verdade, Lula se apresenta como a última instância produzida por um processo de acumulação de forças, que, há três décadas, vem operando sobre a esfera social, juntando ações coletivas e públicas, demandas por direitos e movimentos cívicos, canalizados com mais força a partir da Constituição de 88. O ex-metalúrgico constituía, desse modo, o contraponto criado por forças de resistência às políticas macroeconômicas e liberalizantes implantadas desde Collor e revigoradas pelas reformas econômicas nos dois períodos de Fernando Henrique.

A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil. Ou seja, o Brasil começa a presenciar o fenômeno de um líder de massas se transformando em liderança funcional.

Nesse ponto, cabe aduzir: com Lula, desaparece a feição populista no cenário das lideranças nacionais. Poderá ele recuperar a imagem cheia de arrebatador de massas? Resposta: só se realizar os milagres prometidos. Caso contrário, será um típico exemplo de "reversão de expectativas". Quem pode entrar ainda no figurino populista? Brizola? Ora, o gaúcho só tem fôlego para sussurros. Geraldo Alckmin? Trata-se de um perfil sem muito sal, parecendo não ser tocado por aquela paixão que anima a alma política. Aécio Neves? Comandando um grande Estado, é um perfil inebriado pelos prazeres da juventude. Itamar? Bom, mais parece um bicho de sete cabeças, não se sabendo qual a que dirige o pensamento. Serra? Tem preparo, porém se assemelha a um consultor técnico dando aulas de racionalidade. Não adoça a vontade das massas. Garotinho gosta de jogar com as ilusões. Isso amedronta. Na atual safra de mandatários, inexistem proeminências. Já no Parlamento, os atos retóricos são medidos pela lupa do *marketing*. Os comportamentos se homogeneizam sob o véu da pasteurização política.

Na atual conjuntura, não há motivos nem palcos para animação das populações. As massas só entram em estado de agitação quando tocadas pela fé religiosa. Mesmo assim, os atos de massa se restringem aos espaços dos templos, que a estratégia mercadológica se esforça para multiplicar e ampliar. A aderência partidária no Brasil, portanto, só é forte nas hostes do Senhor. Desaparecendo o formato carismático e populista, teremos de nos conformar doravante com um grupo de políticos treinados nas artimanhas da articulação e dos entreveros partidários. Entre desilusões e desesperanças, os brasileiros começam a não

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP-ASSISTENTE SOCIAL

enxergar mais aquela aura que envolvia seus ícones e heróis, o líder glorificado, o exemplo de autoridade, o pai da pátria, o político admirado por todos, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek ou mesmo Jânio Quadros. Dessa forma, o Brasil vai ilustrando a imensa galeria contemporânea de líderes sem massa.

60

Gaudêncio Torquato (Consultor político e professor titular da USP)
<http://www.jb.com.br/jb/papel/opinião/joropi20040229001.htm> (01/03/2004)

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

Com base no texto “Líderes sem massa”, assinale a única alternativa correta nas questões de 01 a 06.

01. Em relação ao perfil dos líderes populares do passado e ao dos contemporâneos, é **correto** afirmar que

- (A) os líderes de hoje, por serem mais técnicos e funcionais, conseguem ser mais carismáticos e populares do que os líderes do passado.
- (B) as lideranças do passado tinham dificuldade em mobilizar e administrar as massas, propiciando convulsões étnicas, sociais e religiosas em seus países.
- (C) a escassez dos líderes de massa atuais se explica porque estes concentram suas preocupações no fortalecimento do sistema político.
- (D) os grandes líderes do passado, apesar de carismáticos e populares, não conseguiam libertar seu povo da opressão e da miséria.
- (E) a crise de governabilidade que tomou conta do mundo contemporâneo comprometeu o surgimento de líderes mais carismáticos.

02. Considere os enunciados abaixo.

I. O Brasil atualmente não precisa de líderes carismáticos, mas de líderes funcionais, por isso Lula é considerado o último líder de um ciclo que se está esgotando.

II. O ciclo responsável pela intensificação da crise da democracia representativa é o período compreendido entre a Idade das Trevas e o governo de Fernando Henrique.

III. Lula pode ser apontado como líder carismático e popular porque representa a resistência às políticas dos governos brasileiros nas últimas três décadas.

IV. Lula pode ser considerado “o último líder de massas” porque no Brasil a democracia já está consolidada, o que desmotiva o surgimento de novos líderes.

V. A insatisfação em relação às políticas macroeconômicas e liberalizantes dos

governos de Collor e Fernando Henrique construiu a imagem do último líder carismático e popular do Brasil.

De acordo com o texto, estão **corretos** os itens

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) III e V
- (E) I e V

03. Em relação aos possíveis líderes populares do Brasil citados no texto, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) Brizola não consegue mais arrebatado o povo, por isso “só tem fôlego para sussurros”.
- (B) Geraldo Alckmin não tem perfil de líder político, portanto não poderá entrar no rol dos grandes líderes.
- (C) Aécio Neves, pela sua juventude e por ser governador de um grande Estado, é um possível futuro líder popular.
- (D) Serra, pelo seu discurso muito técnico, dificilmente atrairá o gosto popular.
- (E) Garotinho não é um proeminente candidato a líder popular porque lhe falta mais consciência política para não iludir o povo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

04. Em relação à expressão “grandes líderes” no fragmento (linhas 3 a 5)

“Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis”,

é correto afirmar que

- (A) a ordem de seus termos não altera o sentido da expressão.
- (B) a palavra “grande”, por ser um adjetivo, não poderia ocupar outra posição.
- (C) a regência nominal do termo “rastros” exige a anteposição do adjetivo.
- (D) a mudança na ordem dos seus termos afetaria o sentido da expressão.
- (E) a expressão apresenta uma impropriedade de colocação em relação à norma culta.

05. No fragmento (linhas 30 a 33)

“A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil.”

a palavra “vital”

- (A) está empregada no singular para enfatizar a expressão “importância da real política”.
- (B) deveria ter sido empregada no plural para concordar em número com a expressão “interesses partidários”.
- (C) está empregada no singular porque se refere à palavra “política” e com ela concorda em número.
- (D) está empregada no singular, desobedecendo à exigência de concordância, para surtir efeito estilístico.

(E) está empregada no singular por exigência da preposição que a segue imediatamente.

06. Da leitura do texto depreende-se que

- (A) os políticos atuais são muito retóricos e demagogos.
- (B) na atual conjuntura, líderes políticos atrapalhariam as articulações partidárias.
- (C) atualmente, a sociedade brasileira não precisa de líderes populistas.
- (D) os brasileiros estão desiludidos e desesperançosos com seus políticos.
- (E) no Brasil, atualmente, só a fé religiosa consegue sensibilizar e arrebatá-lo o povo.

07. De acordo com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil,

- (A) o caráter representativo do regime democrático é exceção somente pelo exercício do plebiscito.
- (B) a indissolubilidade da Federação veda a incorporação entre Estados ou seu desmembramento.
- (C) a harmonia entre os poderes exige-lhes o exercício do controle recíproco.
- (D) a independência dos poderes proíbe o exercício de funções administrativas pelo Poder Judiciário.
- (E) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, Central e do Norte rege as relações internacionais do Brasil.

08. De acordo com a Constituição de 1988,

- (A) são direitos fundamentais somente aqueles expressos na Constituição.
- (B) as normas de direitos fundamentais são dotadas de auto-aplicabilidade.
- (C) os direitos e garantias fundamentais somente podem ser abolidos por emenda à Constituição.
- (D) somente o Poder Público está obrigado ao cumprimento dos direitos fundamentais.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

(E) o exercício dos direitos e garantias fundamentais depende de sua regulamentação pelo legislador.

09. Dentre os direitos e garantias individuais da Constituição de 1988, inclui/incluem-se:

(A) a liberdade de expressão, sendo vedado o anonimato, e o direito à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.

(B) a inviolabilidade do domicílio, sendo vedado o ingresso na casa sem consentimento do morador, salvo as exceções previstas na Constituição.

(C) o direito de propriedade, sendo vedada a desapropriação sem justa e prévia indenização em dinheiro.

(D) o contraditório e a ampla defesa, sendo vedada sua aplicação ao processo administrativo.

(E) a igualdade perante a lei, sendo vedada a adoção de políticas de discriminação positiva.

10. Dentre as garantias previstas na Constituição de 1988, inclui-se:

(A) o habeas corpus, em caso de alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em seus direitos e liberdades constitucionais, por ilegalidade ou abuso de poder.

(B) o habeas data, para assegurar o conhecimento de informações e a retificação de dados, relativos à pessoa do impetrante, constantes de registros de entidades públicas e privadas de qualquer natureza.

(C) o mandado de injunção, em caso de descumprimento de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(D) a ação popular, ajuizada por qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

(E) o mandado de segurança coletivo, ajuizado por partido político em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros.

11. São brasileiros natos:

(A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.

(B) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que registrados em repartição brasileira competente.

(C) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, até os dezoito anos, pela nacionalidade brasileira.

(D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

(E) os nascidos no estrangeiro, desde que residam há mais de quinze anos ininterruptos na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

12. É função institucional do Ministério Público:

(A) promover, subsidiariamente, a ação penal pública.

(B) instaurar o inquérito policial, indicando seu fundamento jurídico.

(C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

(D) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.

(E) promover o inquérito civil, para a proteção dos direitos individuais, e a ação civil pública, para a proteção dos direitos difusos e coletivos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

13. No que se refere ao exercício de funções de confiança e de cargos em comissão, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A)** as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B)** as funções de confiança devem ser exercidas, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção.
- (C)** as funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporários e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção e assessoramento.
- (D)** as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente às atribuições de assessoramento.
- (E)** as funções de confiança devem ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporários e os cargos em comissão destinam-se, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

14. Nos termos da Constituição Federal, é permitida em caráter excepcional, a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horário, nos seguintes casos:

- (A)** dois cargos de professor; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (B)** dois cargos de professor; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas ou não.

- (C)** dois cargos de professor; um cargo técnico com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (D)** dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (E)** um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

15. A Lei nº 5.810/94 **NÃO** considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de:

- (A)** serviços obrigatórios em lei.
- (B)** licença-maternidade com duração de 120 (cento e vinte) dias.
- (C)** licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D)** licença para tratar de interesse particular.
- (E)** desempenho de mandato classista.

16. A Lei no 5.810/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, considera tempo de serviço público

- (A)** o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sua apuração é feita em dias.
- (B)** considera-se tempo de serviço público o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sua apuração é feita em meses.
- (C)** o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sua apuração é feita em anos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

- (D) o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sua apuração é feita em dias.
- (E) o exclusivamente prestado à União, Estados e Municípios, Autarquias e Fundações Federais e Estaduais e sua apuração é feita em dias.
- 17.** Nos termos da Constituição Federal, no caso de um cargo ser extinto ou declarado desnecessário,
- (A) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 18.** A Lei nº 5.810/94 prevê como vantagem concedida ao servidor:
- (A) auxílio-natalidade, correspondente a dois salários mínimos, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- (B) auxílio-natalidade, correspondente a um salário mínimo, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- (C) auxílio-doença, correspondente a dois meses de remuneração, após cada período consecutivo ou não de 6 (seis) meses de licença para tratamento de saúde.
- (D) auxílio-doença, correspondente a um salário mínimo, após cada período consecutivo de 6 (seis) meses de licença para tratamento de saúde.
- (E) auxílio-natalidade, correspondente a um mês de remuneração, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- 19.** São princípios institucionais do Ministério Público:
- (A) Vitaliciedade, Inamovibilidade e Indivisibilidade.
- (B) Unidade, Uniformidade e Independência funcional.
- (C) Independência funcional, Inamovibilidade e Indivisibilidade.
- (D) Uniformidade, Vitaliciedade e Unidade.
- (E) Unidade, Indivisibilidade e Independência funcional.
- 20.** É correto afirmar:
- (A) Ao Ministério Público é assegurado autonomia funcional, administrativa e financeira.
- (B) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia e executoriedade após aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (C) As propostas orçamentárias do Ministério Público são elaboradas dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União e encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado para aprovação.
- (D) As propostas orçamentárias do Ministério Público são elaboradas pelo Poder Executivo, aprovadas pelo Ministério Público e submetidas ao Poder Legislativo.
- (E) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional e administrativa somente têm validade, eficácia e executoriedade após aprovadas pelo Poder Legislativo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

21. A elaboração das folhas de pagamento de pessoal, a aquisição de bens e contratação de serviços e respectiva contabilização, a proposição ao Poder Legislativo da criação e extinção de cargos, bem como a fixação e reajuste dos vencimentos dos membros do Ministério Público são atividades asseguradas ao Ministério Público fundadas na sua

- (A) unidade, autonomia financeira e orçamentária.
- (B) autonomia funcional, jurisdicional e contábil.
- (C) indivisibilidade, autonomia operacional e patrimonial.
- (D) autonomia contábil, financeira e operacional.
- (E) autonomia funcional, administrativa e financeira.

22. A competência legal de designar membros do Ministério Público para exercer as atribuições de dirigente dos Centros de Apoio Operacional, ocupar cargos de confiança junto aos órgãos de Administração Superior, bem como encaminhar ao Poder Legislativo os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público, é do

- (A) Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) Procurador Geral de Justiça.
- (C) Corregedor Geral do Ministério Público.
- (D) Colégio de Procuradores.
- (E) Procurador de Justiça.

23. A atribuição legal de propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador Geral de Justiça, pelos votos de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada a ampla defesa é do(a):

- (A) Associação do Ministério Público do Estado do Pará.
- (B) Corregedor Geral do Ministério Público.

- (C) Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D) Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça.

24. A elaboração da lista sêxtupla para a escolha do membro do Ministério Público para ocupar o quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Estado é atribuição legal do(a):

- (A) Associação do Ministério Público do Estado do Pará.
- (B) Corregedor Geral do Ministério Público.
- (C) Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D) Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Procurador Geral de Justiça.

25. A atribuição legal de remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade, bem como estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções é do(a)

- (A) Colégio de Procuradores de Justiça
- (B) Conselho Superior do Ministério Público.
- (C) Centro de Apoio Operacional.
- (D) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento de Pessoal.
- (E) Centro de Apoio Administrativo-Financeiro.

26. O instrumental da intervenção do Assistente Social, considerado a base sobre o/a qual se constrói todo o fazer do Serviço Social é

- (A) a reunião
- (B) a entrevista
- (C) o relacionamento profissional
- (D) a documentação
- (E) o relatório

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

27. Num levantamento para o estudo de situações socioeconômicas, o Assistente Social percebeu que as informações obtidas são insuficientes para conhecer em profundidade as questões problematizadas pelo usuário. Nesse caso, o instrumental utilizado corretamente para complementar os dados de seu estudo é

- (A) a abordagem grupal.
- (B) a entrevista continuada.
- (C) o aprofundamento do estudo das entrevistas.
- (D) a observação sistemática.
- (E) a visita domiciliar.

28. O trabalho do Assistente Social em instituições públicas ou privadas passa por vários níveis, como assessoria, consultoria, pesquisa, planejamento, administração, prestação de serviços. Na coordenação de uma equipe interdisciplinar sua ação pode se efetivar através da

- (A) elaboração de um parecer, interpretação e apresentação de propostas junto à direção e usuários sobre assuntos concernentes à política de ação da instituição.
- (B) elaboração de um projeto para atender as necessidades identificadas junto aos usuários e funcionários da instituição.
- (C) definição de convênios ou parcerias que viabilizem a ação institucional junto aos seus usuários apresentando relatório à direção.
- (D) participação em equipes interdisciplinares com vistas ao estabelecimento de parcerias e convênios relativos à política social da instituição.
- (E) decisão politicamente correta acerca do plano de ação estratégico da administração.

29. A ação profissional do Assistente Social, em qualquer espaço de trabalho, deve partir de uma visão de globalidade e historicidade. Nessa perspectiva, é condição fundamental que o Assistente Social conheça

- (A) a realidade social, o instrumental técnico e as vertentes metodológicas do Serviço Social.
- (B) os princípios e fundamentos que norteiam a sua atuação profissional.
- (C) o contexto histórico da situação problematizada, as variáveis intervenientes, o tempo e a dialética, a lógica de sua reflexão numa sociedade de classes.
- (D) o contexto de sua prática, as implicações do Serviço Social e os elementos pedagógicos da ação profissional.
- (E) o referencial teórico que norteia sua ação-reflexão-ação.

30. É **correto** afirmar que o instrumental da abordagem no Serviço Social se traduz num (a)

- (A) diálogo informal como meio de aproximação entre o assistente social e o usuário.
- (B) apropriação e recriação em cada tática específica que se realiza, a partir dos objetivos profissionais, definidos dentro de uma conjuntura, apreendida em uma perspectiva teórica determinada.
- (C) certo número de aproximações sucessivas, cujo objetivo é a elaboração do diagnóstico e do plano de tratamento sintetizados em relatórios.
- (D) abordagem numa perspectiva crítica que tem uma dimensão técnico-científica e na qual se baseia a escolha do instrumental.
- (E) abordagem com uma opção técnica única com a intencionalidade de provocar o diálogo franco entre o assistente e o usuário do sistema.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

31. As crises econômicas de países emergentes como o Brasil afetam, principalmente, os grupos de baixa renda. Desse processo, emergem fenômenos tais como: a desagregação familiar, a gravidez precoce de adolescente, o aumento do trabalho infantil e o crescimento da chefia feminina da família. Nessa conjuntura, a participação do assistente social na implementação de políticas públicas deve pautar-se

- (A) na construção de um diagnóstico, considerando a diversidade e a temporalidade do contexto social e histórico antes de intervir.
- (B) na problematização das políticas sociais para grupos alvo, considerando aspectos positivos e negativos que interferem no bem estar dos grupos afetados socialmente.
- (C) na busca de subsídios junto aos Conselhos Paritários para análise da realidade social.
- (D) na atuação junto às instituições responsáveis pela execução das políticas sociais de modo a minimizar o enfoque assistencialista das mesmas, buscando subsídios junto aos Conselhos Paritários de situações que possam contribuir para análise da realidade social.
- (E) na consideração do contexto global e da diversidade dos problemas para a identificação das políticas específicas, para atendimento aos grupos alvo.

32. O nível de conhecimento teórico da experiência profissional do assistente social exige a utilização do relatório elaborado à luz de uma determinada concepção teórico-metodológica. Nesse sentido, os registros na metodologia dialógica seguem um rigor técnico e por isso devem levar em consideração

- (A) a descrição das experiências vividas em nível empírico, preche de sentido e propósitos, as quais vão permitir o registro do diálogo entre a meta-

usuário e a meta-assistente, em dois sentidos convergentes.

- (B) um minucioso relato da experiência de vida do usuário que vai permitir contatar situações problemáticas, possibilitando ao assistente social intervir na solução de problemas.
- (C) a organização dos conteúdos revelados no diálogo, que expressem a visão de mundo do usuário com a interferência ou interpretação subjetiva do assistente social.
- (D) a análise dos elementos coletados no processo interativo a partir dos referentes indicados e classificados em conceitos, dando relevo a sua gênese e a temporalidade.
- (E) o registro de variáveis que emergiram no diálogo, que possibilitem a organização do estudo assim como permitam a elaboração das hipóteses de trabalho.

33. Na trajetória da Assistência Social no Brasil, a presença do setor privado não se constitui uma novidade e mais recentemente o “terceiro setor” vem assumindo uma posição de centralidade. Este chamado “terceiro setor” é composto de

- (A) um amplo conjunto de organizações da iniciativa privada, atuando no interesse público não estatal que envolve instituições públicas e de economia mista.
- (B) um conjunto de ONGS que se organizam baseadas no voluntariado moderno, funcionando como extensão da política governamental reduzindo a responsabilidade do Estado.
- (C) organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, que dão continuidade às práticas tradicionais da filantropia e do mecenato.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

- (D)** fundações empresariais com fins lucrativos que passam pelas ONGS, comprometidas com a melhoria das condições de vida da população do país e com a democratização.
- (E)** um amplo conjunto de modernas fundações empresariais de economia mista, comprometidas com o bem-estar social e com as políticas sociais dos governos federal, estadual e municipal.

34. O planejamento estratégico no Serviço Social se traduz pelo Método Altadir de Planejamento Popular, MAPP, uma vez que sua metodologia encontra alguns pontos de identificação com o modo de intervenção do Serviço Social na comunidade, pois o MAPP

- (A)** atua nas situações de conflito e poder compartilhado.
- (B)** utiliza as mesmas estratégias de intervenção do Serviço Social no que se refere aos seus instrumentais técnico-operativo.
- (C)** trabalha as questões sociais sob o ponto de vista de macro atuações na realidade social.
- (D)** Identifica-se com a prática de Serviço social no que se refere ao modo de captar as necessidades e os problemas locais das populações / dos setores populares.
- (E)** tem como objetivo principal transformar pessoas para trabalhar na comunidade.

35. No que diz respeito ao Sigilo Profissional do Assistente Social, constante no código de ética de 1993, parágrafo único é correto afirmar que

- (A)** o sigilo profissional somente protegerá o usuário quando este indicar o interesse naquilo que deseja que seja preservado.
- (B)** o assistente social deve manter sigilo profissional naquilo que achar mais conveniente preservar sobre o usuário.
- (C)** em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações

dentro dos limites do estritamente necessário.

- (D)** em se tratando de trabalho multidisciplinar o assistente social deve compartilhar com os outros profissionais todos os problemas colocados pelos usuários.
- (E)** a quebra do sigilo não é admissível em nenhuma situação, posto que o usuário deve ser preservado em sua individualidade.

36. Segundo o Código de Ética do Assistente Social, constitui dever do assistente social nas suas relações com os usuários:

- (A)** pronunciar-se em matéria de sua especialidade, sobre tudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.
- (B)** Empenhar-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.
- (C)** articular juntamente com os usuários e com os movimentos de outra categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código de ética e com a luta geral dos trabalhadores.
- (D)** participar com liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos os grupos envolvidos em seus trabalhos.
- (E)** democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

37. O Assistente Social em sua prática enquanto executor da Política de Atendimento a Família, reconhece que, hoje, à família, retoma um lugar de destaque na política social, pois ela é

- (A) incrementadora de serviços sociais e mantenedora das políticas públicas.
- (B) ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma “miniprestadora” de serviços de proteção e inclusão social.
- (C) socializadora e executora de políticas sócio-culturais.
- (D) interventora nas políticas de atendimento às famílias em situação de pobreza.
- (E) atuante na implementação dos serviços burocráticos das políticas sociais.

38. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao Direito ‘a Profissionalização e à Proteção no Trabalho, podemos afirmar:

- (A) Ao adolescente aprendiz, menor de dezoito anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (B) Ao adolescente aprendiz, maior de dezoito anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (C) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (D) Ao adolescente empregado, aprendiz, até vinte e um anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (E) Ao adolescente aprendiz, até quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

39. A Lei 8842 de 04 /01/1994, que trata da Política Nacional do Idoso, tem como objetivo

- (A) garantir ao idoso a participação no processo de produção, eventos culturais e de lazer em âmbito nacional.
- (B) viabilizar de formas alternativas a participação, ocupação e convívio do

idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações.

- (C) estabelecer mecanismos que favoreçam a participação efetiva e o convívio do idoso na sociedade.
- (D) assegurar os direitos sociais ao idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- (E) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso.

40. De acordo com o Decreto nº 1948 de 03/07/1996, que trata da Implementação da Política Nacional do Idoso, entende-se por modalidade asilar

- (A) o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.
- (B) o atendimento ao idoso que possua deficiência temporária e necessite de assistência multiprofissional.
- (C) o atendimento em residência, em sistema participativo, cedida por instituições públicas ou privadas, destinadas a idosos detentores de renda insuficiente para sua manutenção.
- (D) o atendimento, em regime de semi-internato, ao idoso com vínculo à família desprovida de recursos financeiros, para custear suas necessidades básicas.
- (E) o atendimento, em caráter emergencial, no local que proporcione a participação do idoso nas atividades culturais, de esporte e lazer.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

41. Da Liberdade Assistida, no Estatuto da Criança e do Adolescente, incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização, entre outros do seguinte encargo:

- (A)** Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuída a adolescente, aplicando às medidas cabíveis.
- (B)** Efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.
- (C)** Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extra-judiciais cabíveis.
- (D)** Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.
- (E)** Comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.

42. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à

- (A)** saúde, previdência e assistência social.
- (B)** assistência social, saúde e habitação.
- (C)** educação, saúde e previdência.
- (D)** assistência social, saúde e educação.
- (E)** saúde, previdência social e educação

43. A Lei Orgânica da Assistência Social define a Assistência Social como

- (A)** direito social implementado pelo Estado para coibir práticas assistencialistas e paliativas, incentivando a população excluída a lutar pelos seus direitos sociais, tendo como prática intervir nas políticas sociais.
- (B)** direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política de seguridade não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- (C)** direito sócio-educativo de prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas, com vinculação contributiva.
- (D)** direito sócio-econômico do cidadão, cuja diretriz maior é proporcionar a prática dos serviços básicos de educação, saúde, trabalho e renda para a população de baixo poder aquisitivo, dispondo apenas sobre as políticas voltadas para a subsistência.
- (E)** direito do Estado, sendo uma política financiada pelo setor público e privado pelas ONGs e por todos os trabalhadores segurados da previdência social com vinculação contributiva.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

44. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, no que diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada é **correto** afirmar que

- (A) o benefício de prestação continuada é interrompido em situações de internamento hospitalar.
- (B) o benefício de prestação continuada deverá ser voltado para as necessidades básicas com educação, saúde, transporte e lazer.
- (C) o atendimento do benefício de prestação continuada deverá atender a população carente de recursos de subsistência no período de 6 (seis) meses.
- (D) o benefício de prestação continuada deve ser concedido à família com portadores de doenças crônicas e a cada 6 (seis) meses, deve ser revisto.
- (E) o benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

45. O Sistema Único de Saúde não é um serviço ou uma instituição, mas um sistema que significa um conjunto de unidades de serviços e ações que interagem para um fim comum. Esses elementos integrantes do sistema referem-se, ao mesmo tempo, às atividades de

- (A) proteção, prevenção da saúde e prestação de serviços.
- (B) remoção, promoção e manutenção da saúde.
- (C) preservação e prevenção da saúde, e curativas.
- (D) promoção, proteção e recuperação da saúde.
- (E) Prevenção e promoção da saúde e curativas.

46. De acordo com a Lei 8080/1990, o Sistema Único de Saúde é constituído como

- (A) sistema de caráter complementar no âmbito apenas municipal incumbido de prestar serviços de interesse da

saúde à população em nível de meio ambiente e saneamento básico.

- (B) sistema de conjunto de ações e serviço de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
- (C) sistema de controle e fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde física e moral do cidadão.
- (D) sistema de conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes de saúde individual ou coletiva.
- (E) sistema de incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico, e da prestação de serviços de assistência à saúde da população.

47. Sobre o Tratamento Fora de Domicílio no Sistema Único de Saúde, regulamentado pela Lei 8080/1990 é **correto** afirmar que consiste

- (A) em atendimento de saúde a ser prestado a todo demandante do SUS, quando esgotados os meios de tratamento ou de esclarecimentos de diagnóstico, na localidade de residência do usuário.
- (B) em atendimento apenas a pacientes da rede pública que se encontram com problema grave de saúde, correndo risco de vida, na localidade de residência do usuário.
- (C) em atendimento a pacientes que não correm risco de vida, e apresentam diagnóstico satisfatório para o tratamento com deslocamento apenas de município para município.
- (D) basicamente nas condições de saúde em que o paciente se encontra, com diagnóstico esclarecido pelo médico, sem possibilidade, nenhuma de ocorrer o deslocamento do usuário para fora do Estado.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP –ASSISTENTE SOCIAL

(E) no atendimento do paciente apenas da rede pública, funcionando o tratamento de saúde do usuário apenas no âmbito municipal, com tempo limitado, não excedendo o prazo de seis meses contínuos.

48. O Assistente Social, numa Instituição de Saúde Pública, ao defrontar-se profissionalmente com caso de óbito do usuário em Tratamento Fora de Domicílio, fará corretamente o seguinte encaminhamento:

- (A)** manterá contato com os familiares, a fim de solicitar providências para que assumam as despesas decorrentes com o óbito do usuário.
- (B)** avisará a direção da unidade hospitalar onde ocorreu o fato para providências das despesas decorrentes.
- (C)** comunicará o fato ocorrido à Secretaria de Saúde do Estado / Município de origem, a qual, de direito, responsabilizar-se-á pelas despesas decorrentes.
- (D)** manterá contato com a Secretaria de Saúde, juntamente com os familiares do usuário para assumirem as despesas decorrentes.
- (E)** providenciará a deliberação dos recursos financeiros às despesas decorrentes, junto a direção da unidade onde ocorreu o óbito.

49. O Trabalhador em Regime de Previdência Social tem a concessão dos seguintes benefícios:

- (A)** auxílio funeral, auxílio-reclusão e aposentadoria.
- (B)** auxílio natalidade, pensão e pecúlio facultativo.
- (C)** auxílio-reclusão, salário-família e auxílio funeral.
- (D)** auxílio pensão, auxílio natalidade e pecúlio facultativo.
- (E)** auxílio natalidade, salário-família e aposentadoria.

50. Em se tratando do Auxílio-reclusão, enquanto benefício da Previdência Social, é **correto** afirmar que

- (A)** é pago ao funcionário no valor correspondente a 90% da remuneração do mesmo, afastado do cargo por motivo de prisão ou condenado judicialmente.
- (B)** é pago à família do servidor no valor correspondente a 75% da remuneração do funcionário afastado do cargo por motivo de prisão ou condenado judicialmente à pena que implique em perda do cargo.
- (C)** é pago aos beneficiários no valor correspondente a 85% da remuneração do funcionário afastado do cargo por motivo de reclusão ou condenado judicialmente.
- (D)** é pago ao funcionário no valor correspondente a 55% da remuneração do mesmo, afastado do cargo por motivo de reclusão ou condenado judicialmente à pena que implique na perda do cargo.
- (E)** é pago no valor correspondente a 50% da remuneração do funcionário afastado do cargo por motivo de prisão ou condenado judicialmente à pena ocasionando a perda do cargo.